



Acordo no Senado demorou mas permitiu aprovação

Rolo compressor no Senado aprova tudo

Andrei Meireles

A aliança governo/PMDB voltou a funcionar, ontem, como um rolo compressor no Senado Federal: por 37 votos a 23, os aliados derrotaram o recurso do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB, contra o projeto de rolagem das dívidas dos estados e municípios. A partir daí, por voto simbólico, aprovaram a rolagem, o ajuste fiscal e a recriação do Finsocial. O PMDB mostrou sua força: vinte senadores do partido votaram a favor da rolagem e apenas um contra — Irapuan Costa Jr. de Goiás — por motivos regionais. A coordenação política do Governo trabalhou até a madrugada de sexta-feira e obteve êxito parcial: dos 28 senadores aliados do Planalto presentes à sessão, 17 endossaram o acordo com o PMDB e 11 votaram contra. Os demais partidos de oposição votaram maciçamente contra: os seis do PSDB, os três do PDT e um do PSB e outro do PT.

O Governo, alegando a rebelião em sua bancada contra a constitucionalidade do projeto de rolagem, tentou, várias vezes, convencer o PMDB a aprovar primeiro o ajuste fiscal. O PMDB endureceu sua posição e ameaçou retirar seus senadores de plenário, negando o quórum para a aprovação do ajuste fiscal. O Governo, então, cumpriu o acordo e toda a pauta acordada foi aprovada sem maiores dificuldades. Inconformado, o senador Fernando Henrique anunciou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a rolagem da dívida.

Momentos antes da votação, o presidente da Câmara, deputado

Ibsen Pinheiro, transmitiu ao líder do PDT, senador Maurício Correia, o pedido do governador Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, para que votasse a favor da rolagem da dívida dos estados. Correia votou a favor do recurso de Fernando Henrique, mas, depois na votação simbólica da rolagem, aliou-se ao PMDB.

Durante toda a tramitação do projeto no Senado, o líder do PTB, senador Affonso Camargo, assegurou que seu partido votaria contra a rolagem. Na votação, cinco dos oito petebistas votaram a favor — todos aliados em seus estados de governadores interessados na renegociação dos débitos estaduais. O senador Espírito Santo Amin, líder do PDS, também informou que seu partido era contra. Dois senadores do PDS votaram — Amin contra e Lucídio Portella, aliado do governador do Piauí, a favor.

O PRN, partido do presidente Fernando Collor, deu três votos a favor do acordo e um contra — o da senadora Júnia Marise, opositora do governador Hélio Garcia, de Minas Gerais. A divisão maior foi justamente no PFL, partido do líder do Governo, senador Marco Maciel. Sete senadores — Hugo Napoleão, Guilherme Palmeira, Júlio Campos, Meira Filho, Odacir Soares, Dario Pereira e o próprio Maciel — seguiram a orientação do Governo. Outros quatro — Alexandre Costa, Carlos Patrocínio, Elcio Álvares e João Rocha — votaram contra. Outro partido governista que desobedeceu ao Planalto foi o PDC. Dois senadores — Amazonino Mendes e Moisés Abrão — apoiaram o recurso de Fernando Henrique, enquanto Gerson Camata votou contra.